

A ideologia da modernização e os circuitos da economia agrária: a quem serve o planejamento territorial do campo brasileiro?¹

Heloísa Santos Molina Lopes²

A ideologia da modernização se expressa no campo, de modo mais completo, no que Denise Elias (2011) denominou de Regiões Produtivas do Agronegócio, que são as formas hegemônicas da economia agrária, identificadas com o que Milton Santos (1978) chamou de Circuito Superior da Economia. As RPAs são regiões que concentram os maiores investimentos, sejam públicos ou privados, com o objetivo de garantir o atendimento às exigências dos capitais hegemônicos, sempre sedentos de infraestruturas, fundamentais para a manutenção da competitividade do agronegócio globalizado.

Inseridas de maneira subordinada nesse processo de modernização, encontram-se as agriculturas tradicionais e a agricultura familiar, que acessam de forma restrita aquelas infraestruturas, sejam elas voltadas à produção, à comunicação ou ao transporte. Essas formas menos modernizadas de agricultura compõem o Circuito Inferior da Economia Agrária.

A psicosfera (SANTOS, 1996) dominante, que trata a modernização conservadora do campo como única alternativa viável

1 Comunicação oral apresentada na mesa intitulada “A noção de psicosfera como instrumento para análise do planejamento e desenvolvimento territorial”, realizada em Sessão Livre no XX Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR) em 23 de maio de 2023 na UFPA – Belém-PA. Agradeço a leitura prévia do Professor André Mountian e a recomendação de submissão ao Boletim de Políticas Públicas.

2 Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

ao desenvolvimento de amplas regiões do país, e tão bem representada pela campanha publicitária “agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”, da Rede Globo de Comunicação, faz com que qualquer questionamento ao modelo produtivo adotado pelo agronegócio seja uma tarefa delicada. A associação direta entre o agronegócio e a produção de alimentos e de matérias-primas, bem como à abundância alimentar e ao abastecimento de um setor industrial pujante, mascaram um cenário de crescimento da fome e da insegurança alimentar e nutricional, assim como de desindustrialização no país (LAMOSO, 2013).

Os imperativos da competitividade fazem com que os investimentos públicos sejam direcionados ao atendimento das demandas do Circuito Superior da Economia Agrária (ELIAS, 2011), em detrimento às demandas do Circuito Inferior, reforçando processos de exclusão e de disparidades regionais historicamente presentes em nosso território. Assim, enquanto batemos recordes de produção e exportação agrícolas, vemos o índice de inflação dos alimentos superar a inflação geral, e a insegurança alimentar, a fome e a desnutrição infantil crescerem de forma alarmante. Mas, verificamos que juntamente a esse crescimento da fome e da insegurança alimentar, cresce também o consumo de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutricional.

Presenciamos uma alteração nos padrões alimentares da população brasileira, pois a ideologia da modernização chega também à mesa. Se historicamente os alimentos *in natura* ou minimamente processados eram acessíveis às camadas mais pobres, com os alimentos processados sendo mais comumente consumidos pelas classes médias e altas, verificamos hoje um acesso cada vez maior aos alimentos processados e ultraprocessados por toda a população. Ao mesmo tempo, o encarecimento dos

alimentos *in natura* faz com que as classes populares vejam seu acesso a esses alimentos cada vez mais restringido.

O desmonte de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que haviam criado garantias mínimas de acesso a alimentos saudáveis às populações de baixa renda, e de compra da produção e conseqüentemente de renda aos agricultores familiares, criou ainda mais obstáculos ao acesso regular à alimentação saudável.

Por outro lado, o acesso a alimentos não industrializados e produzidos de forma tradicional torna-se cada vez mais fator de diferenciação social. Segundo PALMIERI Jr (2017), a indústria de alimentos se aproveita da necessidade de diferenciação social pelo consumo investindo em determinados produtos ditos “de alta qualidade” ou *gourmet*. Ainda que muitas vezes o maior investimento se concentre em embalagens e marketing, esses produtos tornam-se objeto de desejo, criando novas valorações para seu consumo a partir da segmentação do mercado.

Mas, ao mesmo tempo que observamos esse processo de gourmetização em relação a produtos industrializados, observamos também uma tendência de encarecimento de produtos *in natura* e produzidos de forma tradicional, o que poderia propiciar o mesmo processo de segmentação de mercados.

Dados do IBGE e da Rede PENSSAN mostram que o consumo de frutas e hortaliças/vegetais vem diminuindo em nosso país, principalmente entre a população mais pobre, nos lares onde a pessoa de referência é preta ou parda, mulher, em domicílios com crianças, nas regiões norte e nordeste e também no campo. O acesso à alimentação saudável mostra-se evidentemente ligado ao acesso à renda, mas não é admissível considerar que

esse direito seja restrito a um segmento “diferenciado” da população, que pode pagar por ele.

Não se trata de mero empobrecimento da população e gourmetização dos produtos *in natura* e minimamente processados. O que as pesquisas recentes indicam é um relativo barateamento dos alimentos processados e ultraprocessados (MAIA, et al, 2020), relacionado à otimização de processos industriais, mas principalmente a um barateamento relativo de matérias-primas da indústria alimentícia, como soja, milho e cana-de-açúcar, devido ao apoio governamental a essas culturas e ao agronegócio, muito superior ao oferecido pelas políticas públicas destinadas à produção de alimentos pela agricultura familiar, segmento que historicamente é responsável pela produção de frutas, verduras e alimentos minimamente processados, como o arroz e o feijão (ainda que a produção desses últimos venha sofrendo processos de concentração e produção por outros segmentos agrícolas).

Assim, o questionamento acerca do preço de alimentos *in natura* e minimamente processados não se aparta do questionamento acerca da remuneração justa aos produtores desses alimentos.

Além dos incentivos governamentais relacionados à produção propriamente dita se direcionarem prioritariamente ao Circuito Superior da Economia Agrária, os investimentos logísticos, principalmente em grandes obras de infraestrutura ligadas aos sistemas de circulação do território também se destinam ao atendimento das demandas dos agentes do Circuito Superior. Podemos afirmar que o planejamento territorial do Estado brasileiro foi garantidor de infraestruturas que viabilizam a logística do Circuito Superior, mas o que foi feito pela logística do Circuito Inferior?

Se não basta apenas produzir, sendo necessário que o ciclo se complete no consumo das mercadorias, é fundamental garantirmos sua circulação, para que, como salienta (RAMOS, 2018), a função social do uso da terra ligada à produção de alimentos se realize.

A proposta feita por Bertha Becker (2007), quanto às questões logísticas, quando chamou a atenção para as especificidades da logística de alimentos, ao levantar a necessidade de uma “logística do pequeno”, capaz de garantir que pequenos produtores agrícolas tivessem acesso a mercados e inserção econômica, o que seria uma forma de garantir também o fornecimento de alimentos à população urbana mostra-se cada vez mais necessária. Sem que o planejamento territorial se volte também às necessidades específicas do Circuito Inferior da Economia Agrária o direito à alimentação adequada, previsto desde 2010 na Constituição Federal, e a segurança e soberania alimentares continuarão ameaçados em nosso país.

Referências Bibliográficas

BECKER, B. “Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível?” *In*: DINIZ, C. C. (org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília: Ministério da Integração – IICA, Editora da Universidade de Brasília, 2007.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153, 2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>. Acesso: 18 mai. 2023.

LAMOSO, L. Indústria, desindustrialização e território. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 408–429, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2495>. Acesso: 18 mai. 2023.

MAIA, E.; DOS PASSOS, C.; LEVY, R.; BORTOLETTO MARTINS, A.; MAIS, L.; CLARO, R. What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. **Public Health Nutrition**, n. 23(4), pp. 579-588, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/what-to-expect-from-the-price-of-healthy-and-unhealthy-foods-over-time-the-case-from-brazil/98FE380C358CCD2B25E99FFC7A4A8B9F> Acesso: 18 mai. 2023.

PALMIERI Jr, V. **A gourmetização de uma sociedade desigual**: um estudo sobre a diferenciação no consumo de alimentos industrializados no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2017.

RAMOS, S. **Agricultura familiar e mercados institucionais**: horizontalidades no uso do território à produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II VIGISAN: relatório final. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <http://olheparaa-fome.com.br/> Acesso: 18 mai. 2023.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo, Edusp, 2004 [1978].

-----, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.**
São Paulo, Edusp, 2002 [1996].